

Ilhas de estabilidade: legado da MONUSCO após 15 anos na República Democrática do Congo?

Islands of Stability: MONUSCO's legacy after 15 years in the Democratic Republic of the Congo?

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.150769>

Geraldine Rosas Duarte

Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

geraldine@pucminas.br  

Letícia Carvalho

Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

leticiaacarvalho@pucminas.br  

Cristiano Mendes

Pontifícia Universidade Católica Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

cristianomendes@pucminas.br  

Resumo

Este artigo insere-se no debate sobre operações de paz de estabilização conduzidas pela ONU, baseado no estudo do caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO). O objetivo é analisar em que medida a MONUSCO obteve sucesso na construção de ilhas de estabilidade em regiões liberadas da ação de grupos armados. A hipótese é que suas ações produziram resultados insuficientes, pois a presença da MONUSCO não foi capaz de alterar decisivamente dinâmicas de violência armada. Argumenta-se que a lógica da estabilização tende a limitar processos políticos de resolução do conflito, dificultando a redução sustentada da violência. Metodologicamente, realiza-se estudo de caso qualitativo-quantitativo sobre a atuação da MONUSCO, com análise longitudinal de dados sobre eventos violentos, fatalidades e presença de *peacekeepers*, entre 2010-2024. Os resultados indicam que as regiões priorizadas continuaram concentrando elevados níveis de violência. Conclui-se, portanto, que a construção de ilhas de estabilidade não pode ser considerada um legado da MONUSCO.

Palavras-chave: Ilhas de Estabilidade; MONUSCO; Operações de Paz.

Abstract

This article engages with debates on UN stabilisation operations through a case study of the United Nations Organisation Stabilisation Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO). It analyses the extent to which MONUSCO succeeded in building islands of stability in regions liberated from armed groups. The hypothesis is that the mission produced limited results, as its presence in priority areas was unable to alter dynamics of armed violence sustainably. It is further argued that the logic of stabilisation constrains political processes of conflict resolution, hindering sustained reductions in violence. Methodologically, the article develops a qualitative-quantitative case study based on longitudinal analysis of data on violent events, fatalities and peacekeeper presence between 2010 and 2024. The findings indicate that the regions prioritised by the stabilisation strategy continued to experience high levels of violence. The article concludes that the construction of islands of stability cannot be regarded as a lasting legacy of MONUSCO.

Keywords: Islands of Stability; MONUSCO; Peace Operations.

Recebido: 2 Dezembro 2025

Aceito: 29 Maio 2026

Este texto é resultado de pesquisa desenvolvida com recursos do Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas (FIP 2023/29065-1S) e os autores são gratos pelo apoio recebido.

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

Em setembro de 2023, o presidente da República Democrática do Congo (RDC), Felix Tshisekedi, requisitou a retirada da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), alegando que a operação falha há anos em proteger civis da ação dos grupos armados (Reuters, 2023). Essa demanda ocorreu às vésperas das eleições presidenciais, marcadas por irregularidades, que o reelegeram e aprofundaram a crise de legitimidade do governo (Nantulya, 2023). Em dezembro, em meio à turbulência gerada pelo período eleitoral e pelo aumento da violência, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) decidiu iniciar um processo de retirada gradual (UNSC, 2023), prevendo o encerramento de quase 15 anos da MONUSCO e 25 de presença contínua da ONU na RDC.

Contudo, em janeiro de 2025 uma nova onda de violência atingiu o leste do país, na medida em que o M23, apoiado pelas Forças de Defesa de Ruanda (RDF), avançou sobre Nord-Kivu e Sud-Kivu. Os insurgentes tomaram o controle da cidade de Goma, em 28 de janeiro, e assumiram o controle do aeroporto e das principais vias de acesso a Goma e a Bukavu, em 14 de fevereiro. Esses acontecimentos adiaram o encerramento da missão e fizeram com que o CSNU reiterasse o compromisso da MONUSCO com a proteção de civis (UNSC, 2025).

O pedido de retirada da MONUSCO, ainda que não tenha se concretizado, se soma ao encerramento da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA), que atuou de 2013 a 2023, devido à retirada do consentimento por parte do governo malinês. Essas operações, juntamente com a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), representavam a tendência mais contemporânea do *peacekeeping*, de operações de estabilização, robustas em termos de uso da força e caracterizadas por mandatos que preveem apoio à autoridade estatal (Karlsrud, 2018). Seus desdobramentos levam a um questionamento acerca dessa tendência e dos rumos futuros das operações de paz.

Assim, neste artigo, discute-se o legado da MONUSCO no que tange à estabilização do cenário de segurança da RDC. O objetivo é responder à seguinte pergunta: em que medida a MONUSCO obteve sucesso na construção de “ilhas de estabilidade”, ideia presente no discurso da ONU como parte da estratégia de estabilização, em regiões liberadas da ação de grupos insurgentes? O enfoque adotado sobre ilhas de estabilidade é amplo e não se restringe à concepção onusiana, como será discutido na próxima seção. A noção de “ilhas de estabilidade” refere-se à concentração de esforços militares, políticos e humanitários em áreas consideradas prioritárias, buscando combater grupos insurgentes, reduzir a violência armada, restaurar autoridade estatal e produzir condições mínimas de estabilização (Voguel, 2014; Barrera, 2015; Souza, 2016). Partindo dessa estratégia de estabilização do Congo, pretende-se discutir se o país foi estabilizado por meio da atuação da MONUSCO.

A hipótese é que as ações realizadas com esse propósito tiveram resultados pontuais, insuficientes para alcançar o efeito pretendido de construção de ilhas de estabilidade e, assim, pavimentar o caminho para a estabilização. Isso se deve ao fato de que a presença concentrada da MONUSCO em áreas prioritárias não foi capaz de alterar de forma sustentada as dinâmicas de violência armada, que excedem sua capacidade de contenção.

Metodologicamente, realiza-se um estudo de caso qualitativo-quantitativo sobre a atuação da MONUSCO para analisar os desdobramentos da estratégia de construção de ilhas de estabilidade. A pesquisa baseia-se em análise longitudinal de dados disponíveis nas bases *Armed Conflict Location & Event Data Project* (ACLED), *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP), e *Geocoded Peacekeeping Operations* (GEOPKO), considerando o período 2010-2024. Foram utilizados três indicadores: (i) ocorrência de eventos violentos; (ii) ocorrência de fatalidades associadas ao conflito armado; e (iii) a presença e distribuição de *peacekeepers* no território congolês. Como os dados são georreferenciados, analisou-se sua espacialização ao longo do período considerado e, assim, avaliou-se a relação entre o trabalho da MONUSCO (presença dos capacetes azuis) e a estabilização de áreas consideradas prioritárias (com redução da violência política e fatalidades), considerado pela ONU o primeiro passo para a formação das ilhas. Além disso, foram utilizados relatórios da própria ONU

e de outras organizações internacionais sobre a violência política e seus efeitos na RDC, permitindo a triangulação entre dados qualitativos e quantitativos.

Se a estratégia de estabilização da MONUSCO fosse efetiva no sentido de construir ilhas de estabilidade, seria possível observar uma presença significativa de tropas em determinadas regiões (pelo menos por um período), coincidindo com o declínio sustentado do número de episódios violentos e fatalidades nessas mesmas regiões. Assim, considerar-se-ia que a estratégia foi pouco efetiva caso não houvesse redução significativa do número de episódios violentos e fatalidades. Nesse caso, a manutenção ou aumento dos episódios violentos e fatalidades em uma região indicaria que não houve consolidação de uma ilha de estabilidade.

O artigo divide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira explora as características centrais das operações de paz conduzidas pela ONU a partir de 2010, esclarecendo a estratégia de criação de ilhas como parte do processo de estabilização. A segunda seção analisa a situação da RDC durante a atuação da MONUSCO, tendo como foco a violência política, para discutir a pertinência da hipótese sobre a construção das ilhas e sua contribuição para um processo mais amplo de paz deixado como legado pela operação.

Operações de estabilização e ilhas de estabilidade

As chamadas operações de paz de estabilização foram o pivô dos debates acerca do *peacekeeping* na última década, já que as missões autorizadas pelo CSNU no Congo (2010), no Mali (2013) e na República Centro-Africana (2014) definiram a tendência das intervenções da ONU naquele período (Duarte; Carvalho; Souza, 2022). Mesmo que não houvesse uma definição clara sobre o significado da estabilização, em termos de doutrina (UN, 2015), essas missões foram caracterizadas por mandatos voltados ao apoio ao governo estabelecido, fortalecendo ou restabelecendo a autoridade estatal (Duarte; Carvalho, 2022). Além disso, os mandatos previam a possibilidade de utilizar a força em legítima defesa e em defesa do mandato, e incluíam o combate a *spoilers* como estratégia de estabilização (Duarte; Carvalho, 2022). Isso, somado ao grande contingente dessas missões, que ao final de 2022 contavam com cerca de 12 mil militares, além dos especialistas e civis (UN Peacekeeping, 2022), elevou o *peacekeeping* robusto a outro patamar (Tull, 2017).

Para autores como Sloan (2014), essa ampliação progressiva do uso da força nas operações de paz, ancorada no Capítulo VII da Carta, marca uma nova fase das intervenções da ONU, com fronteiras cada vez mais tênues entre construção e imposição da paz: um *peacekeeping* que se parece cada vez mais *peace enforcement*. Entre outras coisas, essa mudança permitiu que os capacetes azuis atuassem diretamente em cenários de conflito ativo para neutralizar grupos armados em favor da autoridade estatal. Para isso, parcerias militares foram ampliadas e as operações passaram a atuar de forma articulada a governos e Forças de Operações Especiais (SOF) (Dacin, 2022).

Um dos maiores exemplos dessa tendência foi o estabelecimento, em 2013, da *Force Intervention Brigade* (FIB), autorizada a neutralizar grupos não estatais que atuassem como *spoilers*, reduzindo ameaças a civis e à autoridade estatal. A FIB recebeu autorização para conduzir operações ofensivas (UNSC, 2013), evidenciando a brecha apontada por Sloan (2014) para que os *peacekeepers* se envolvessem em conflito ativo e aproximando o governo congolês de uma solução militar, especialmente no combate ao grupo M23 (March 23 Movement), derrotado no final daquele ano (Duarte; Carvalho, 2024).

Segundo Dacin (2022), a autorização do uso robusto da força pela FIB é parte de uma mudança operacional que altera o *peacekeeping* tradicional. Além das ações ofensivas, essas parcerias também alteraram o emprego de capacidades militares pela ONU, reforçando, por exemplo, capacidades de reconhecimento espacial, ações diretas (como raids e emboscadas) e assistência militar, com treinamento especializados para forças que atuam nos chamados “ambientes não permissivos”, buscando alterar o equilíbrio de poder no terreno (Dacin, 2022).

No caso congolês, o sucesso inicial da FIB na alteração desse equilíbrio de forças levou a ONU a apostar na estratégia de criação do que ficaram conhecidas como “ilhas de estabilidade”. Em uma reunião do CSNU, em 2014, Martin Kobler, Representante Especial do Secretário-Geral para a RDC, afirmou que essas ilhas seriam áreas onde civis poderiam circular sem receio de violência, locais nos quais a autoridade estatal seria restaurada (UNSC, 2014). É importante destacar que essas “ilhas de estabilidade”, como o próprio Kobler afirmou na época, não constituem um novo conceito de operações de paz. De fato, elas funcionam como estratégia de estabilização. A ONU definiu como prioritárias as áreas destinadas à construção de “ilhas”, tanto porque receberiam atenção já no curto prazo, quanto porque a redução da intensidade do conflito armado dentro delas poderia gerar efeito de transbordamento (*spillover*). Como afirmam Voguel (2014), Barrera (2015) e Souza (2016), o objetivo de construir ilhas de estabilidade informou a estratégia implementada pela MONUSCO: seus esforços militares, políticos e humanitários foram concentrados nas áreas prioritárias, visando à proteção de civis, a garantia da segurança e o início de um processo mais amplo de reforma que permitiria, no futuro, a construção da paz.

Em termos operacionais, essas áreas, pelo menos inicialmente, receberiam um contingente maior de *peacekeepers* e seus parceiros, para combater *spoilers*, reduzindo os níveis de violência política (Voguel, 2014; Barrera, 2015). Essa redução permitiria intensificar esforços humanitários, reforçando a proteção dos civis para além da redução dos confrontos armados. Como observa Souza (2016), a estratégia de construção das ilhas acaba trabalhando com uma interpretação própria acerca da proteção de civis no âmbito das operações de estabilização. Como é possível notar no caso da MONUSCO, a proteção passa a ser associada prioritariamente à neutralização de ameaças representadas por grupos armados, e funciona como justificativa para reforçar a centralidade do uso robusto da força.

Em um cenário mais estável, a MONUSCO teria melhores condições de avançar processos políticos e, ainda que de forma bastante limitada, econômicos de reconstrução. Com o tempo, a operação seria capaz de ampliar não apenas o número de ilhas, como também a conexão entre elas, de modo que parte do contingente fosse liberado para atuar em novas áreas prioritárias, difundindo a estabilidade pelo território e favorecendo a construção da paz, que nunca deixou de ser o horizonte do *peacekeeping* (Voguel, 2014; Barrera, 2015; Souza, 2016; Carvalho; Duarte, 2022).

Ainda que, como argumentou-se anteriormente, a ONU não tenha definições claras acerca da estabilização, muito menos da construção de ilhas de estabilidade, compreendida a estratégia da MONUSCO, é possível identificar elementos centrais de sua implementação. Neste artigo, pensando na operacionalização da análise, priorizou-se a condição central para o avanço da estabilização: a redução efetiva dos níveis de violência armada. Este recorte permitiu a tradução da estratégia de estabilização da MONUSCO (criação de ilhas de estabilidade) em uma diretriz operacional (redução da violência armada) que pode ser avaliada empiricamente com base em dados públicos. A proposta analítica é observar a relação entre a presença da ONU nas áreas prioritárias e a efetiva redução da violência armada. Para tanto, utilizou-se três indicadores e dados disponibilizados nas seguintes bases: (i) a presença de um contingente de *peacekeepers* e parceiros que atuem no sentido de combater e desarticular grupos armados nas áreas prioritárias, de acordo com as informações disponibilizadas pelo GEOPKO; (ii) o número de episódios de violência política observados nas áreas prioritárias ao longo do tempo, de acordo com as informações disponibilizadas pela ACLED; e (iii) e o número de fatalidades decorrentes do conflito armado observado nessas mesmas áreas, também de acordo com as informações da ACLED. Essa estratégia analítica foi sistematizada na Imagem 1.

Imagem 01 – Estratégia Analítica



Fonte: conteúdo de autoria própria, diagramado com uso de Inteligência Artificial (2026).

Com esse desenho de pesquisa, espera-se ser possível avaliar em que medida o trabalho da MONUSCO coincidiu com a redução da violência armada nas áreas destinadas à construção de ilhas. Para tanto, é necessário observar essas áreas ao longo do tempo para verificar se a presença de *peacekeepers* coincide com a redução do número de episódios de violência e de fatalidades. É importante destacar que, mesmo que haja coincidência, não seria possível atribuir a redução da violência exclusivamente à ação da MONUSCO; no entanto, dado que esse é o objetivo da missão, a redução seria pelo menos um indicativo forte de que o trabalho gerou, em algum grau, resultados esperados. Também é importante destacar que não espera-se que a presença dos *peacekeepers* seja progressiva ou mesmo constante ao longo do tempo. Idealmente, após um período mais intenso de atividades em uma região, a estabilização permitiria a redução progressiva dessa presença e transporte das tropas para as próximas áreas na lista de prioridades. Isso posto, considera-se necessário avaliar os dados disponíveis nas bases e triangulá-los com outras informações sobre a situação do país e atualizações sobre a situação da MONUSCO. Portanto, recorreu-se a relatórios da ONU e de outras organizações que acompanham a situação na RDC, com o objetivo de refinar a interpretação dos resultados.

Antes de partir para a análise dos dados em si, é necessário considerar que, além do desempenho da MONUSCO na construção das ilhas de estabilidade, este estudo insere-se também em um debate sobre os rumos contemporâneos das operações de paz que privilegiam a estabilização. Depois de mais de uma década de atuação seguindo essa estratégia nos casos da RDC, do Mali e da RCA, já é possível dizer que alcançar a estabilidade por meio do robustecimento do componente militar não é tão simples quanto poderia parecer (Karlsrud, 2018; Curran; Hunt, 2020). Mais do que isso, mesmo quando algum grau de estabilidade é alcançado e a autoridade estatal é fortalecida diante da derrota militar de seus opositores, fazer avançar processos de paz sustentáveis tem se mostrado bastante desafiador.

Nesse sentido, Berdal (2018) argumenta que o robustecimento das operações de paz pode conduzir a um “beco sem saída” estratégico quando o uso da força deixa de funcionar como instrumento subordinado a processos políticos mais amplos de resolução de conflitos. Nessas condições, a estabilização tende a funcionar apenas como uma forma de contenção da violência imediata ou uma proteção paliativa, o que o autor chama de “*band-aid protection*”, que mascara os sintomas da violência armada sem enfrentar suas causas estruturais, as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que a sustentam. Em contextos como o da RDC, marcados pela fragmentação da autoridade política, sobreposição entre grupos armados, atores estatais e populações civis, e pela limitada legitimidade de instituições estatais locais, esse tipo de paliativo tende a apresentar limites importantes. Além disso, ao apoiar militarmente governos anfitriões em guerras civis complexas, as operações de estabilização podem comprometer a percepção de imparcialidade da ONU e ampliar o envolvimento direto dos *peacekeepers* na dinâmica do conflito (Solhjell; Rosland, 2017).

O que as três operações de estabilização mostraram ou têm mostrado é que as vitórias militares acabam, de fato, desestimulando os governos locais de se envolverem em processos políticos de resolução dos conflitos (Duarte; Carvalho, 2022). Em todos os casos, os esforços de reconstrução institucional foram limitados e, principalmente, houve pouco interesse no diálogo com grupos de oposição. Como resultado, poucos acordos de paz compreensivos foram assinados e nenhum deles foi cumprido integralmente (PA-X, 2022). Assim, a ressurgência desses grupos e a volta do recurso às armas por parte deles tem sido comum, como aconteceu com o próprio M23 no Congo, refletindo-se na continuidade dos altos índices de violência política, especialmente contra civis (Duarte; Carvalho, 2024).

No que se refere às ilhas de estabilidade, especificamente, é importante notar que a ideia traz em si mesma implicações políticas e operacionais significativas. Politicamente, a noção de “ilhas” remete a uma segregação de prioridades: enquanto algumas áreas são consideradas estratégicas, outras são negligenciadas, perpetuando uma situação de insegurança. Em termos operacionais, as missões não estão capacitadas para recobrir as vastas áreas de conflito. Por mais que as operações na RDC, Mali e RCA contassem com contingentes elevados desde o início, eles não eram suficientes para garantir a estabilização de todo o território e impedir o surgimento de “pântanos de insegurança” (Voguel, 2014). Durante esse tipo de processo, onde quer que haja uma “ilha”, haverá também um mar que a cerca. O mar de instabilidade congolês, particularmente, é composto por montanhas, rios e selvas, e por cidades quase inacessíveis, o que limita enormemente a capacidade de controle dos capacetes azuis e mesmo o restabelecimento da autoridade estatal (Barrera, 2015). Por mais que a MONUSCO seja uma das maiores operações de paz já realizadas pela ONU, é uma das menores em termos relativos, quando se considera o tamanho do território e o tamanho da população.

Em meio a essa segregação de prioridades, a estabilização acaba ocorrendo às custas das ações de *peacebuilding* propriamente ditas. No Congo, por exemplo, como o mandato da MONUSCO não contempla iniciativas de *peacebuilding*, os recursos do *Peacebuilding Fund* são utilizados para apoiar a estabilização, sendo investidos em localidades recém recuperadas do controle de milícias. No caso do Mali, esses recursos financiam projetos de estabilização conduzidos diretamente pela MINUSMA, destinados a reabilitar a infraestrutura e serviços básicos em áreas liberadas, o que favorece a criação de “pântanos de insegurança” em outras regiões, que se tornam também polos de vulnerabilidade econômica e social (Curran; Hunt, 2020).

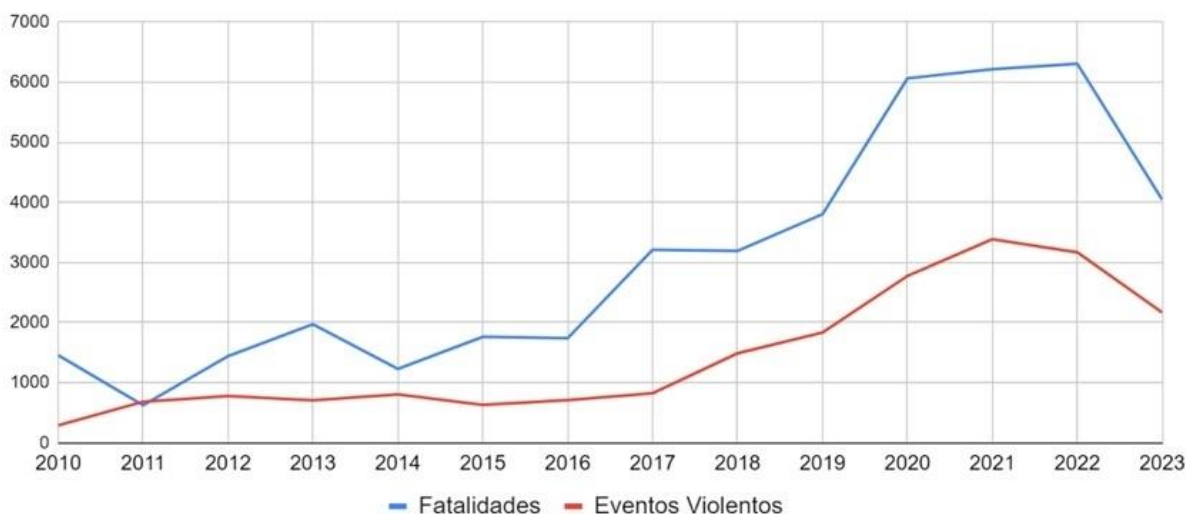
Considerando-se um processo de resolução de conflitos, tanto a estratégia de estabilização quanto a construção de ilhas de estabilidade são limitadas, uma vez que não favorecem diretamente o tratamento das causas estruturais da violência e podem produzir consequências políticas e territoriais não previstas. Ainda assim, como essas estratégias passaram a orientar parte significativa das operações de paz contemporâneas, torna-se fundamental analisar empiricamente seus resultados. Nesse sentido, a próxima seção examina a relação entre a presença da MONUSCO em áreas prioritárias e a evolução dos níveis de violência armada na RDC, buscando avaliar seu desempenho na construção de ilhas de estabilidade.

RDC: navegando em um mar de insegurança?

A MONUSCO foi estabelecida em 2010, sucedendo a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), que durou de 1999 a 2010, e tinha como objetivo o monitoramento do acordo de cessar-fogo que tentava viabilizar um processo de paz que colocasse fim à longa guerra civil entre o governo congolês e grupos insurgentes apoiados por Estados vizinhos (Baregu, 2002; Castellano, 2012). Seu estabelecimento ocorreu alguns anos após a realização das primeiras eleições livres e democráticas, com o objetivo de refletir o novo contexto político da RDC, e seu mandato previa, essencialmente, a proteção de civis e pessoal dedicado à assistência humanitária e direitos humanos, e o suporte aos esforços de estabilização e consolidação da paz promovidos pelo governo (UNSC, 2010).

Uma primeira tentativa nessa direção foi traduzida na *International Security and Stabilization Support Strategy* (ISSSS), um projeto desenhado para apoiar o programa de reconstrução e estabilização nacional (MONUSCO, 2024). Inicialmente (2010-2012), cerca de U\$ 360 milhões foram gastos pela MONUSCO em projetos de construção de estradas e prédios governamentais, bem como em treinamento e desdobramento de oficiais, como policiais. A ineficiência da estratégia levou o CSNU, em 2012, a demandar sua revisão e ela passou a se concentrar, a partir de 2013, após a entrada do M23 em Goma, na estratégia de construção das ilhas de estabilidade (Solhjell; Rosland, 2017). A estratégia revisada passou a concentrar-se especificamente nas cinco regiões mais afetadas pelo conflito: Nord-Kivu; Sud-Kivu; Ituri; Haut-Uele; e Bas-Uele (MONUSCO, 2013), definidas como prioritárias. A análise contida neste artigo será, então, direcionada a essas cinco províncias, localizadas no nordeste e leste da RDC, uma vez que constituem os espaços territoriais priorizados pela estratégia da MONUSCO. Nesse sentido, elas funcionam como referência empírica do trabalho para avaliar em que medida a missão foi capaz de construir “ilhas de estabilidade” em áreas consideradas estratégicas para a proposta de estabilização.

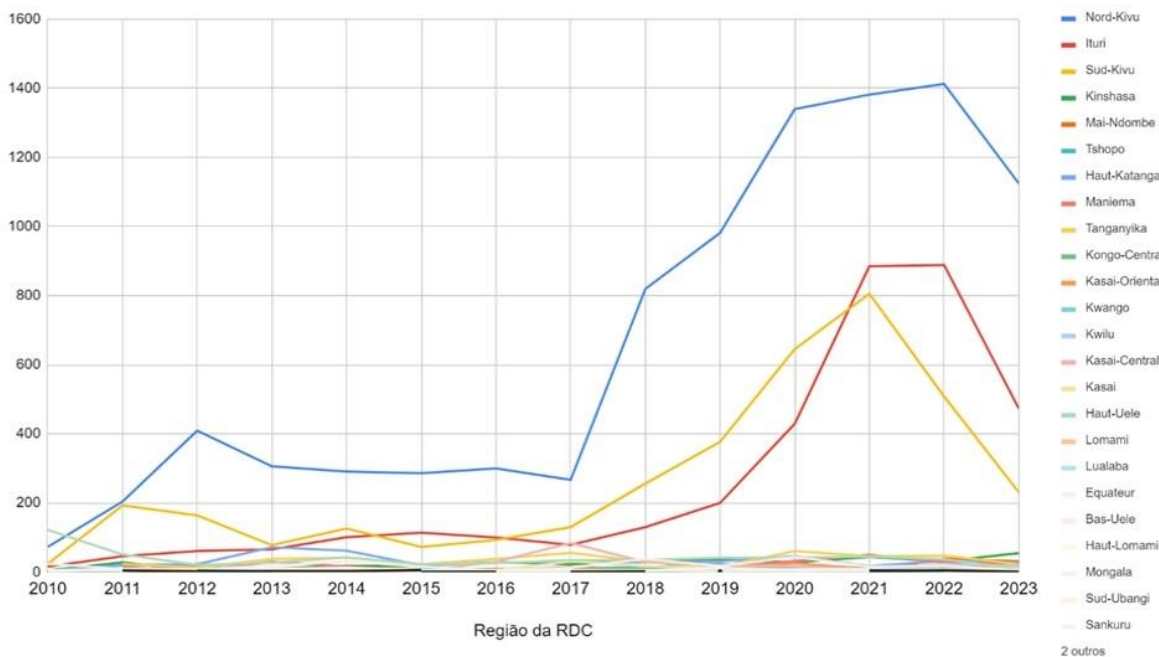
Em que pesem alguns avanços trazidos pela ISSSS revisada (2013 – 2017), quando se observa o quadro geral da violência na RDC, fica evidente o limitado sucesso da estabilização. Os dados apresentados no Gráfico 1 (abaixo) indicam que o número de eventos violentos registrados no país manteve-se relativamente estável entre 2011 e 2017, com, em média, 700 ocorrências. Contudo, a partir de 2018, esse número cresceu e atingiu o pico de 3.385 casos em 2021. Apesar de uma redução em 2022 e 2023 (3.168 e 2.167 casos, respectivamente), a violência no país persiste em uma escala muito elevada. O comportamento das fatalidades associadas aos eventos violentos revela tendências ainda mais expressivas. Apesar de uma redução inicial, entre 2010 e 2011, de 2012 em diante esse número só cresceu. Entre 2020 e 2022, observa-se um platô que ultrapassa 6 mil mortes por ano, quatro vezes maior do que nos anos iniciais de intervenção da MONUSCO.

Gráfico 01 - Fatalidades e eventos violentos na RDC (2010-2023)¹

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por ACLED (2024).

Quando se analisa as cinco regiões priorizadas na construção das ilhas de estabilização, Nord-Kivu, Sud-Kivu, Ituri, Haut-Uele e Bas-Uele, os dados apresentados no Gráfico 2 e no Gráfico 3 indicam ausência de redução sustentada do número de eventos violentos e de fatalidades. As províncias de Nord-Kivu, Ituri e Sud-Kivu continuam sendo as mais violentas do país e apresentam tendências de escalada da violência a partir de 2017, o que sugere que a concentração territorial de *peacekeepers* em áreas prioritárias não foi suficiente para produzir reduções sustentadas da violência política nessas regiões. Apenas na região de Haut-Uele houve uma redução inicial no número de eventos violentos, entre 2010 e 2011, que passou de 122 para 51 ocorrências.

Gráfico 02 - Eventos violentos por região da RDC (2010-2023)

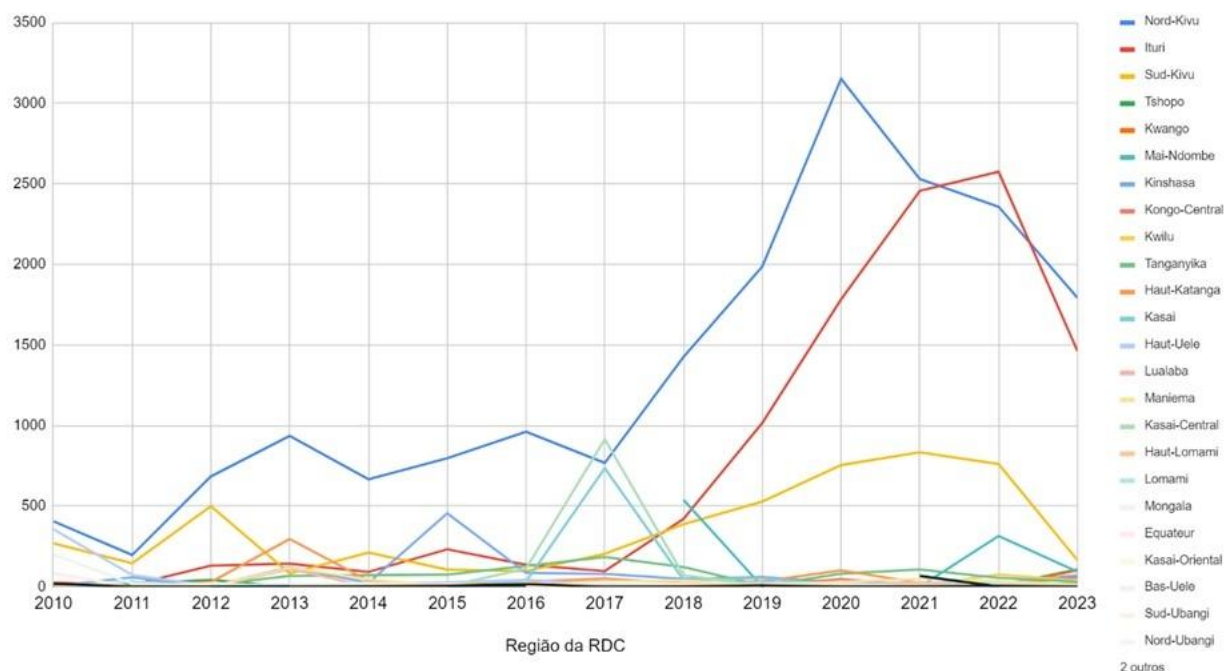


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por ACLED (2024).

¹ Em todos os gráficos apresentados no artigo, consideramos “eventos violentos” os episódios classificados pela ACLED como: *Battles, Explosions/Remote violence, Riots e Violence against civilians*.

Em relação ao número de fatalidades, como mostram os dados do Gráfico 3, houve redução inicial nas cinco regiões, entre 2010 e 2011. Contudo, o número de mortes voltou a aumentar a partir de 2012 e, mesmo que com alguma oscilação, verifica-se um aumento expressivo nas regiões de Nord-Kivu, Ituri e Sud-Kivu. Apenas nas regiões de Haut-Uele e Bas-Uele a redução se mostrou significativa. Em Haut-Uele, o número de fatalidades diminuiu de 352 para 72 entre 2010 e 2011, e se manteve em queda, com algumas oscilações, chegando a 15 mortes em 2023. Em Bas-Uele, o número de mortos associado ao conflito caiu de 200, em 2010, para 18, em 2011, e chegou a apenas 3 registros, em 2023.

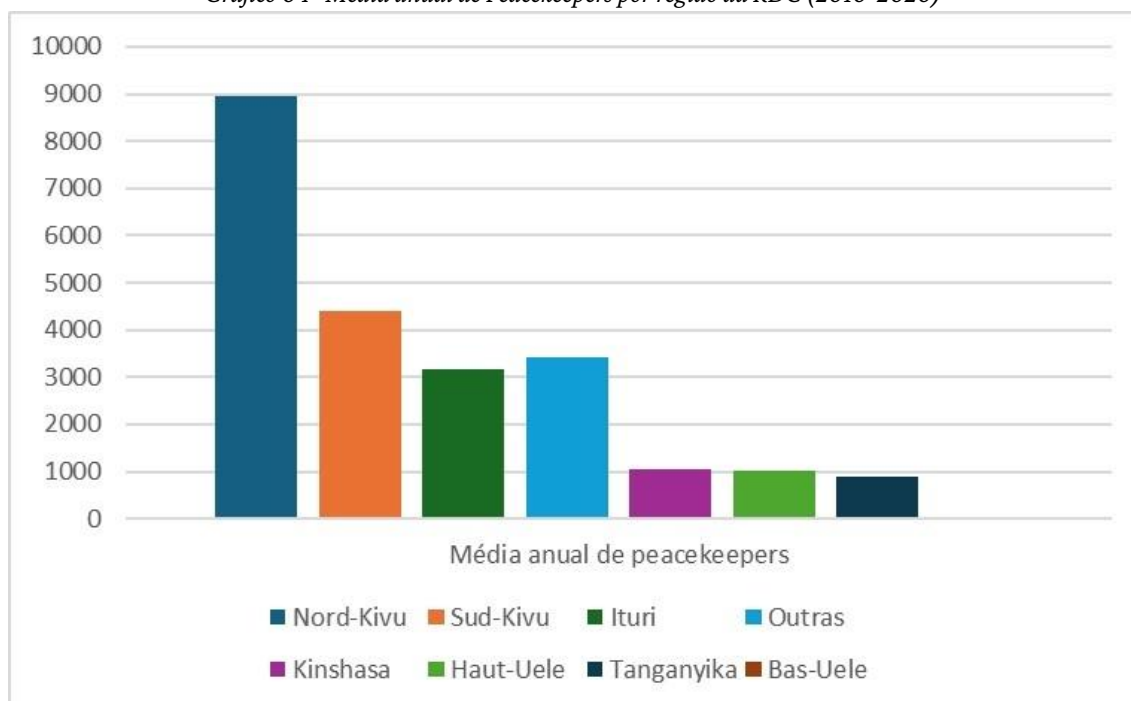
Gráfico 03 - Fatalidades por região da RDC (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por ACLED (2024).

Quando se compara essa redução nas fatalidades em Bas-Uele e Haut-Uele à presença de *peacekeepers* nas regiões principais, os dados sugerem que esse padrão não se reproduz nas demais regiões. De fato, a maior concentração de pessoal da MONUSCO em Nord-Kivu, Ituri e Sud-Kivu não esteve associada à consolidação de dinâmicas sustentadas de redução da violência armada que pudesse levá-las a serem consideradas ilhas de estabilidade.

Os dados apresentados no Gráfico 4 indicam que a maior concentração de *peacekeepers*, durante a atuação da MONUSCO, se deu nas regiões de Nord-Kivu, Sud-Kivu e Ituri, que apresentaram média anual de capacetes azuis superior a 8 mil, 4 mil e 3 mil, respectivamente (GEOPKO, 2024). Na região de Haut-Uele, que declinou na contagem de eventos violentos de 122 ocorrências, em 2010, para 42, em 2020, e para 10 em 2023, a média de *peacekeepers* foi de 1013. Em Bas-Uele, que contabilizava 24 eventos violentos em 2010 e apresentou oscilação nos anos seguintes, subindo para 44 registros em 2020 e declinando para apenas 4 registros em 2023, a média de *peacekeepers* foi de apenas 35.

Gráfico 04 - Média anual de Peacekeepers por região da RDC (2010-2020)²

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por GEOPKO (2024).

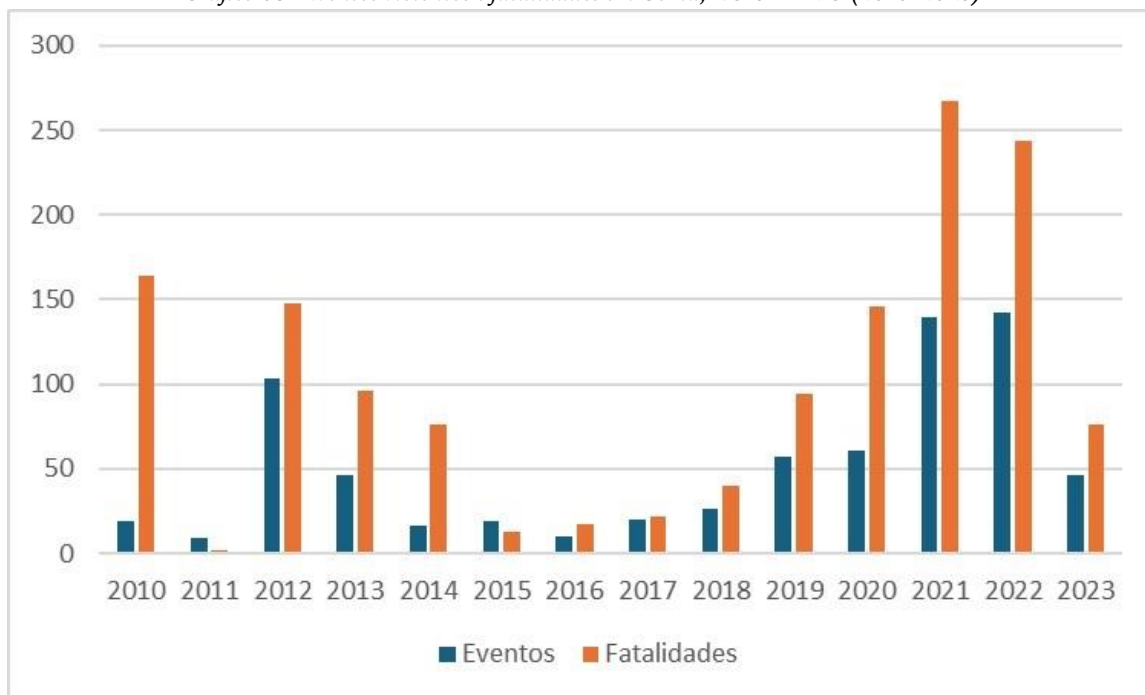
Ainda que uma análise detalhada das especificidades regionais ultrapasse o escopo deste artigo, é possível inferir que os resultados positivos observados nas regiões de Haut-Uele e Bas-Uele não possam ser explicados exclusivamente pela presença da MONUSCO e pelas estratégias de estabilização adotadas. Caso essa relação fosse direta, seria esperado observar resultados semelhantes nas demais regiões, em especial em Nord-Kivu, que recebeu o maior número de capacetes azuis. Em Bas-Uele, por exemplo, entre 2008 e 2011, foram registrados variados ataques e episódios de violência provocados pelo Lord's Resistance Army (LRA), grupo insurgente formado na década de 1980, em Uganda. Em 2011, o governo dos Estados Unidos enviou soldados para apoiarem as forças ugandenses no combate ao grupo e, alguns anos depois, o LRA já era considerado uma ameaça irrelevante (Byaruhanga, 2017). Casos como esse, somados às características de cada região e à atuação dos grupos armados em cada local, podem ajudar a explicar tanto a diminuição quanto o aumento da violência na RDC. Em uma análise agregada, não é possível afirmar que as regiões identificadas como prioritárias pela ISSSS revisada tenham se tornado ilhas de estabilidade.

Outra possibilidade analítica consiste em considerar que dentro de cada região se criassem ilhas de estabilidade, por exemplo, em cidades liberadas da ação dos grupos insurgentes (Voguel, 2014; Barrera, 2015). Um efeito colateral seria a criação dos pântanos de insegurança, na medida em que a violência migrasse para cidades e vilarejos vizinhos àqueles estabilizados. Ao explorar essa possibilidade, tomando como exemplo inicial a região mais atingida pelo conflito e a que conta com presença mais expressiva da MONUSCO, Nord-Kivu, verifica-se que em Goma, cidade que recebeu em média 2.032 capacetes azuis durante os anos de atuação da operação, o número de eventos violentos e de fatalidades oscilou e apresentou um declínio entre os anos de 2014 e 2018. Contudo, voltou a aumentar a partir de 2019, superando as ocorrências verificadas no início da atuação da MONUSCO, em 2010, especialmente no que tange ao número de mortos (ACLED, 2024). O caso de Goma é emblemático, pois um dos grupos armados mais significativos da RDC, o M23, chegou a ocupar a cidade, em 2012, numa ofensiva que gerou inúmeros confrontos e violações de direitos humanos. A onda de violência durou até o final de 2013, quando, após a aprovação da FIB e do esforço combinado da MONUSCO com as forças

² Os dados apresentados no gráfico cobrem o período de 2010 a 2020, e não 2023, pois a base de dados utilizada para sua elaboração, The Geocoded Peacekeeping Operations (GEOPKO), até o momento de redação desse artigo, disponibilizava dados apenas até 2020.

congolesas, o grupo foi derrotado. Contudo, o M23 ressurgiu em 2021, contribuindo para a escalada de violência em toda a região de Nord-Kivu (Duarte; Carvalho, 2024).

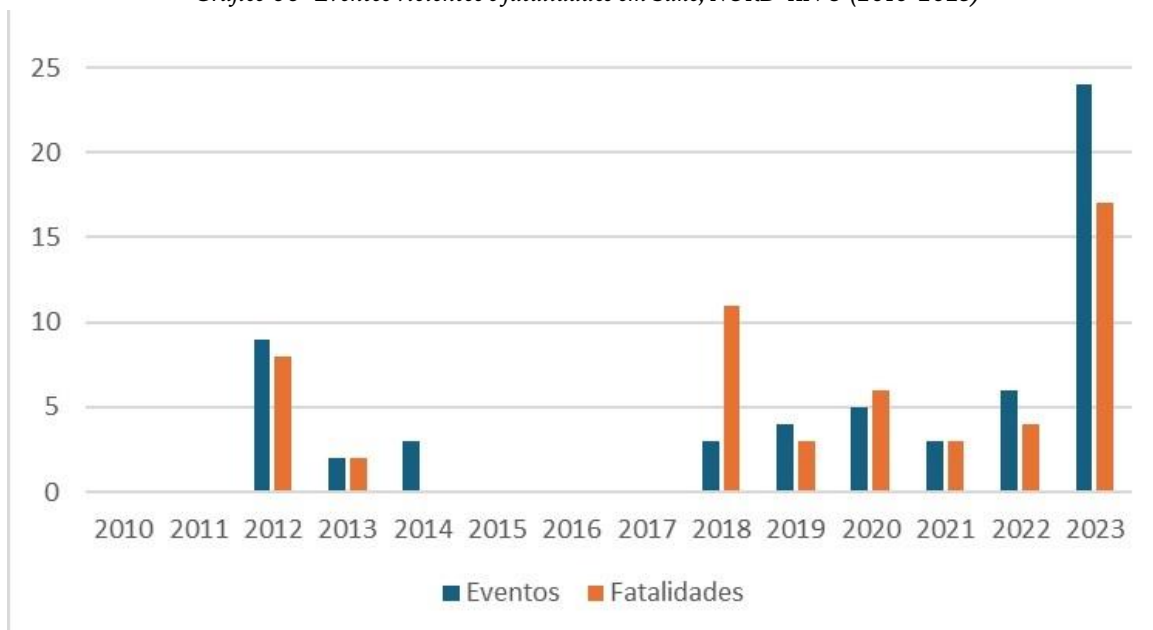
Gráfico 05 - Eventos violentos e fatalidades em Goma, NORD-KIVU (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por ACLED (2024).

Em Sake, a segunda cidade de Nord-Kivu a receber o maior número de *peacekeepers* (em média 1.864), padrão semelhante foi observado. Os registros de eventos violentos e fatalidades foram zerados entre 2015 e 2017, o que poderia sinalizar a existência de uma ilha de estabilidade; porém, os números voltaram a crescer a partir de 2018, como indicam os dados apresentados no Gráfico 6.

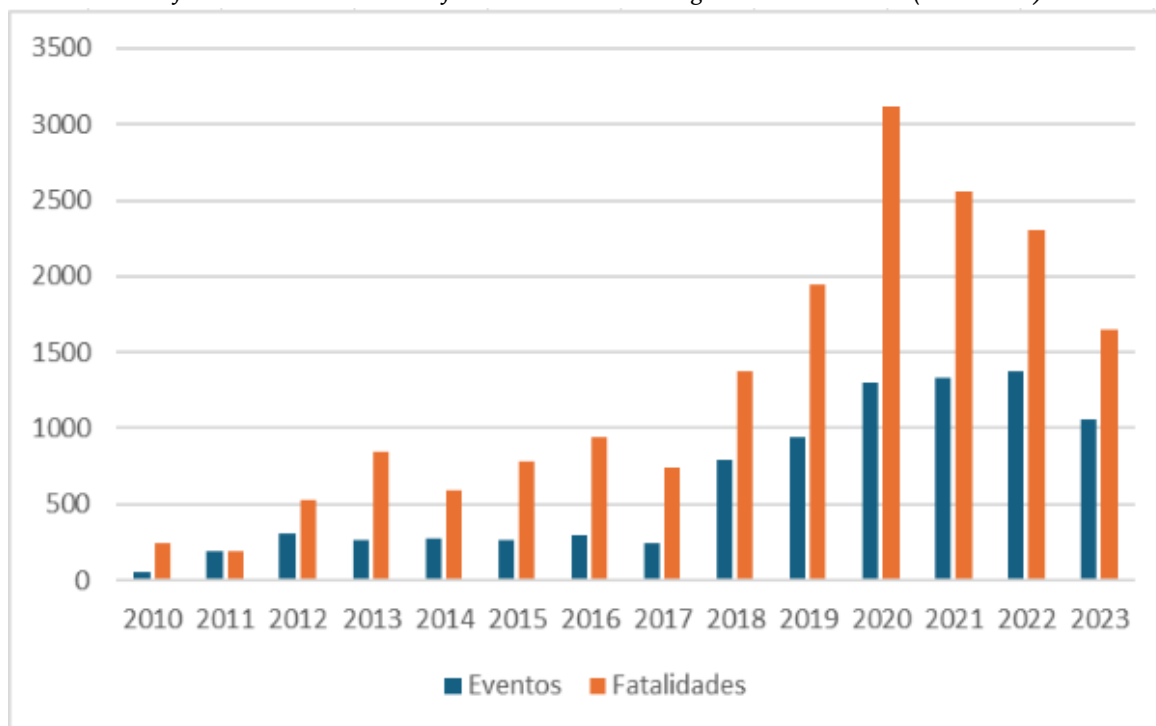
Gráfico 06 - Eventos violentos e fatalidades em Sake, NORD-KIVU (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por ACLED (2024).

Ao analisar essa redução da violência entre 2014 e 2017, em Goma e em Sake, seria possível questionar se a violência migrou para os arredores nesse mesmo período, conforme sugerido por Voguel (2014) com a noção de pântanos de insegurança. No entanto, os dados apresentados no Gráfico 7 (abaixo), que mostra a incidência de eventos violentos e fatalidades nas demais regiões de Nord-Kivu, não corroboram essa hipótese. A ideia de pântanos de insegurança sugeriria um aumento significativo da violência nas demais cidades da região de Nord-Kivu no período, decorrente da migração da violência para os arredores das cidades estabilizadas, o que não é compatível com o que o gráfico mostra.

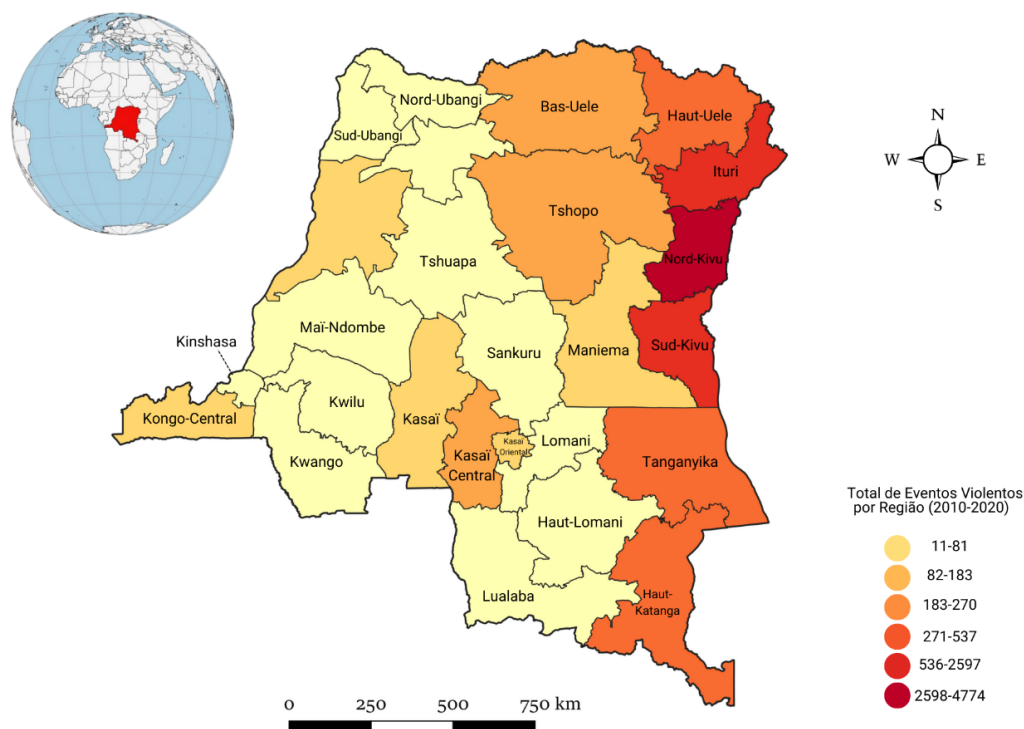
Gráfico 07 - Eventos violentos e fatalidades nas demais regiões de NORD-KIVU (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados por ACLED (2024).

Quando se analisa o período entre 2014 e 2017, percebe-se que os números de eventos violentos e fatalidades não são tão diferentes daqueles registrados nos anos anteriores. De fato, entre 2011 e 2017, por exemplo, o número de eventos violentos fica muito semelhante: em torno de 250 casos. O aumento da violência nas demais áreas, a partir de 2018, bem como ocorre em Goma e em Sake, sinaliza um aumento da violência na região de Nord-Kivu como um todo. Esse padrão também acompanha o que ocorre na RDC, de modo geral, como evidenciado no Gráfico 1, que aponta para uma intensificação da violência nesse período. Assim, os casos de Goma e Sake sugerem que a presença robusta da MONUSCO pode ter contribuído para reduções temporárias da violência em contextos específicos, sem, contudo, produzir processos duradouros de estabilização.

Em linhas gerais, os dados aqui trabalhados sinalizam a inexistência de ilhas de estabilidade na RDC, o que leva a concluir que a estratégia da estabilização não produziu os resultados esperados. A persistência da violência geral e ausência de ilhas de estabilidade, na verdade, parecem apontar para limites importantes da capacidade da MONUSCO de produzir estabilização sustentada. Quando se observa o mapa abaixo, que retrata o total de eventos violentos no país, em cada região, durante uma década de atuação da operação de paz, é possível perceber que não foram produzidas ilhas de estabilidade. As regiões nordeste e leste do Congo, profundamente afetadas pelo conflito se destacam como as mais violentas.

Mapa 01 - Total de Eventos Violentos por Região da República Democrática do Congo (2010 – 2020)

Fonte: Organizado pelos autores a partir de dados da ACLED (2024) e do GEOPKO (2024). Cartografia de Bruno Durão Rodrigues.

Dados do UCDP, base de dados que georreferencia a violência e as fatalidades, indicam algo semelhante, pois permitem perceber que o período de atuação da MONUSCO (2010 – 2022)³, não apresenta diferenças significativas na intensidade da violência em relação ao período anterior ao seu estabelecimento (2000 – 2010). O cenário de eventos violentos e fatalidades não se alterou de maneira expressiva durante a atuação da missão e a violência não só persistiu, mas até mesmo aumentou no leste do país, atingindo também a região oeste, nas proximidades de Kinshasa (UCDP, 2024).

Além da aparente ineficiência da MONUSCO, o processo de encerramento da missão tem sido concomitante à escalada da violência, sobretudo nas regiões que deveriam ter se tornado ilhas de estabilidade. Desde fevereiro de 2023, o M23 tem realizado ataques nas regiões de Sake e Goma, em Nord-Kivu, forçando o deslocamento de mais de 135 mil pessoas apenas nos primeiros meses do ano (Danish Refugee Council, 2024). Em junho de 2023, um campo de deslocados internos localizado em Lala, Ituri, onde vivem mais de 8 mil pessoas, foi atacado por insurgentes do grupo armado CODECO, resultando em 46 mortes, sendo metade crianças (Schwikowski, Bashi, Loika, 2023). Em Sud-Kivu, quando as tropas da MONUSCO se preparavam para iniciar a retirada, agendada inicialmente para meados de 2024, confrontos entre as milícias Twirwaneho e grupos Mai-Mai aumentaram o nível de violência de forma exponencial (UN, 2024). Em janeiro de 2025, a deterioração da situação de segurança no Congo chegou a um dos níveis mais alarmantes, quando o M23 avançou e tomou novamente o controle da cidade de Goma, como tinha feito mais de uma década antes, chegando a controlar também o aeroporto e as vias de acesso às cidades de Goma e Bukavu (UNSC, 2025). Esses exemplos evidenciam a persistência de elevados níveis de violência justamente nas regiões priorizadas pela estratégia de estabilização da MONUSCO, sugerindo que a missão não foi capaz de consolidar processos duradouros de construção de ilhas de estabilidade no leste da RDC, muito menos de fazer avançar um processo político de resolução do conflito a partir de áreas estabilizadas.

³ São considerados dados até 2022 em virtude da disponibilidade da base de dados Uppsala Conflict Data Program, que, até o momento de elaboração deste artigo, não havia disponibilizado dados de 2023.

Considerações Finais

As operações de paz de estabilização conduzidas pela ONU têm ocupado lugar de destaque nos debates contemporâneos sobre *peacekeeping*, sobretudo em função da aposta da Organização em mandatos militarizados, que associam a estabilização ao uso robusto da força para combater grupos armados e ao fortalecimento da autoridade estatal. A atuação da MONUSCO na RDC é um dos casos emblemáticos de desenho de uma operação de paz informada pela lógica da estabilização. Nele, a tentativa de construir “ilhas de estabilidade” – concentrando esforços militares, políticos e humanitários em áreas consideradas prioritárias, de modo a auxiliar o Estado no combate a seus opositores armados – tornou-se um dos principais instrumentos da estratégia de estabilização. Tendo em vista este contexto, buscou-se analisar em que medida a MONUSCO obteve sucesso na construção das ilhas e, assim, na estabilização de regiões liberadas da ação de grupos insurgentes.

Para responder ao problema proposto, realizou-se uma análise longitudinal de dados sobre eventos violentos, fatalidades e presença de *peacekeepers* na RDC entre 2010 e 2024, obtidos nas bases ACLED, UCDP e GEOPKO. Partiu-se da expectativa de que, caso a estratégia de estabilização fosse efetiva, regiões com forte presença da MONUSCO, pelo menos por algum tempo, apresentariam redução sustentada da violência. A análise realizada ao longo do artigo permite concluir que a hipótese foi parcialmente confirmada, mostrando evidências de que, em determinados contextos e localidades, houve redução pontual nos episódios de violência e fatalidades, muitas vezes respondendo a ações específicas da MONUSCO. Contudo, o caráter longitudinal na análise permitiu perceber que esses resultados foram limitados e transitórios; portanto, não podem ser considerados suficientes para consolidar ilhas de estabilidade.

Os dados apresentados neste estudo mostram que algumas das regiões priorizadas pela estratégia de estabilização, como Nord-Kivu, Ituri e Sud-Kivu, tiveram níveis elevados de violência política e fatalidades, especialmente decorrentes dos embates constantes entre as forças governamentais, os grupos armados de oposição e até mesmo as tropas da ONU e seus aliados, durante todo o período analisado. Também nesse sentido, a persistência e as novas escaladas de violência em localidades como Goma e Sake sugerem que a presença da MONUSCO, mesmo em grande volume, não foi capaz de alterar de forma duradoura as dinâmicas regionais do conflito armado. Os resultados observados em regiões como Haut-Uele e Bas-Uele reforçam o argumento de que a redução da violência não pode ser atribuída exclusivamente à atuação da missão, e que envolve também dinâmicas políticas e militares próprias, associadas a características locais e regionais.

É importante considerar que, mesmo restringindo-se ao caso da MONUSCO, os resultados deste estudo sugerem limites mais amplos do emprego da lógica da estabilização nas operações de paz conduzidas pela ONU. Afinal, a operação é uma das três representantes contemporâneas desse modelo (ao lado da MINUSMA, no Mali, e da MINUSCA, na RCA) e sua atuação evidencia que, ao priorizar a contenção militar da violência, o apoio ao governo e o enfrentamento dos grupos armados pelo uso da força, ele tende a dificultar o avanço de processos políticos de resolução de conflitos. Outro resultado indesejado é o envolvimento mais direto dos *peacekeepers* em situações de conflito ativo, o que tem ampliado sua exposição à violência e impactado negativamente a reputação e a legitimidade da ONU, tanto aos olhos da população local quanto internacionalmente.

De modo geral, é possível argumentar que a proposta das ilhas de estabilidade já era extremamente limitada no que tange à promoção de iniciativas de resolução, podendo ser descrita de forma mais adequada como um conjunto de iniciativas voltadas à contenção da violência política que, como foi observado, teve resultados que estão aquém do que se pretendia. Assim, ainda que a MONUSCO tenha tido êxitos importantes em outros aspectos além dos que analisamos, como a proteção de civis e a assistência humanitária, as evidências mostram que a construção de ilhas de estabilidade não pode ser considerada um legado da missão após 15 anos de atuação em território congolês.

Referências

- ARMED CONFLICT LOCATION & EVENT DATA PROJECT (ACLED). **Data: Democratic Republic of the Congo (2010-2023)**. 2024. Disponível em: <<https://www.acleddata.com/data/>> Acesso em: 14 abr. 2024.
- ATLANTIC COUNCIL. **Map of the Democratic Republic of the Congo**. 2018. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/africasource/below-the-surface-a-game-changer-in-congolese-politics/>> Acesso em: 14 abr. 2024.
- BAREGU, Mwesiga. The Clones of “Mr. Kurtz”: Violence, War and Plunder in the DRC. **African Journal of Political Science / Revue Africaine de Science Politique**, v. 7, n. 2, p. 11-38, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.4314/ajps.v7i2.27329>> Acesso em: 10 jun. 2024.
- BARRERA, Alberto. The Congo Trap: MONUSCO Islands of Stability in the Sea of Instability, **Stability: International Journal of Security and Development**, v. 4, n. 1, Art. 52, 2015. Disponível em: <<https://stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.gn>> Acesso em: 10 abr. 2024.
- BERDAL, Mats. The State of UN Peacekeeping: Lessons from Congo. **Journal of Strategic Studies**, v. 41, n. 5, p. 721-750, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402390.2016.1215307>> Acesso em: 16 maio 2026.
- BYARUHANGA, Catherine. Has Ugandan rebel leader Joseph Kony been defeated? **BBC News**. 23 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-39999324>> Acesso em: 14 abr. 2024.
- CARVALHO, Letícia; DUARTE, Geraldine. Consequências indesejadas das operações de paz de estabilização: estudo da atuação da MONUSCO na RDC. **Conjuntura Austral**, v. 13, n. 62, p. 110-126, 2022. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/7441/744181031008.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2026.
- CASTELLANO, Igor. **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica/UFRGS, 2012.
- CURRAN, David; HUNT, Charles. Stabilization at the expense of peacebuilding in UN Peacekeeping Operations: more than just a phase?. **Global Governance**, v. 26, n. 1, p. 46-68, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27082806>> Acesso em: 11 abr. 2025.
- DACIN, Octavian. Special Operations Forces in United Nations Peace Keeping Operations. **STRATEGIES XXI International Scientific Conference: The Complex and Dynamic Nature of the Security Environment**. Bucharest, p. 240-248, 2022. Disponível em: <https://revista.unap.ro/index.php/XXI_CSSAS/article/view/1347/1307> Acesso em: 16 maio 2026.
- DANISH REFUGEE COUNCIL. 135,000 people displaced and millions of people at risk as clashes intensify in North Kivu, DR Congo, 16 fev. 2024. Disponível em <<https://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/135000-people-displaced-and-millions-people-risk-clashes-intensify-north-kivu-dr-congo>> Acesso em: 14 abr. 2024.
- DUARTE, Geraldine; CARVALHO, Letícia; SOUZA, Matheus A. C. Entre a contenção e a resolução: desafios históricos e contemporâneos das operações de paz da ONU. In: DUARTE, G.; CARVALHO, L (eds). **Azul da cor da paz?** Perspectivas e debates sobre as operações de paz da ONU. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022, p. 23-41.
- DUARTE, Geraldine; CARVALHO, Letícia. “No Peace to keep?” Reflexões sobre as operações de paz de estabilização. In: DUARTE, G.; CARVALHO, L (eds). **Azul da cor da paz?** Perspectivas e debates sobre as operações de paz da ONU. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022, p. 238-265.
- DUARTE, Geraldine; CARVALHO, Letícia. Operações de estabilização e prolongamento dos conflitos armados: estudo de caso do retorno do M23 na República Democrática do Congo. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, v. 26, n.55, p. 227-250, 2024. Disponível em: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/23317>> Acesso em: 15 abr. 2025.
- GEOCODED PEACEKEEPING OPERATIONS (GEOPKO). **Data MONUSCO (2010-2020)**. 2024. Disponível em: <<https://www.pcr.uu.se/data/geo-pko/>> Acesso em: 23 nov. 2023.
- KARLSRUD, John. **The UN at War: Peace Operations in a New Era**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.
- MONUSCO. Strategie Internationale de Soutien a la Securite et la Stabilisation (ISSSS) Pour L’Est de la RDC (2013-2017). Outubro, 2013. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/1_issss_2013-2017_document_entier_-_copy.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- MONUSCO. **Stabilization Strategy**. 1, julho. 2024. Disponível em: <<https://monusco.unmissions.org/en/stabilization-strategy-issss>> Acesso em: 20 jul. 2024.
- NANTULYA, Paul. The Democratic Republic of the Congo’s Quest for Democracy Faces a New Test. **African Center**, 29 set. 2023. Disponível em: <<https://africacenter.org/spotlight/drc-democratic-republic-congo-quest-democracy-test/>> Acesso em: 02 abr. 2024.

PA-X ANALYTICS. PA-X Peace Agreements Database. **Peace and Transition Process Data**. Edinburgh: PeaceRep, University of Edinburgh, 2022. Disponível em: <<https://www.peaceagreements.org/>> Acesso em: 16 mai. 2026.

REUTERS. **UN Security Council supports wind-down of Congo peacekeeping mission**. 19 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/africa/un-security-council-adopts-resolution-phasing-down-peacekeeping-mission-dr-congo-2023-12-19/>> Acesso em: 20 jul. 2024.

SCHWIKOWSKI, Martina; BASHI, Wendy; LOIKA, Marcus. What one more massacre in DR Congo says about MONUSCO. **DW**. 15 jun. 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/what-one-more-massacre-in-dr-congo-says-about-monusco/a-65919529>> Acesso em: 20 jul. 2024.

SLOAN, James. The Evolution of the Use of Force in UN Peacekeeping. **Journal of Strategic Studies**. v. 37, n. 5, p. 674-702, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01402390.2014.921853>> Acesso em: 16 maio 2026.

SOLHJELL, Randi; ROSLAND, Madel. Stabilisation in the Congo: Opportunities and Challenges. **Stability: International Journal of Security and Development**, v. 6, n.1, Art. 2, 2017. Disponível em: <<https://stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.478>> Acesso em: 02 abr. 2024.

SOUZA, Graziene. Islands of Stability: new conception on the use of force regarding the implementation of protection of civilians. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 5, n.2, p. 431-453, 2016. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/5127>> Acesso em: 10 abr. 2024.

TULL, Dennis. The limits and unintended consequences of UN Peace Enforcement: the Force Intervention Brigade in DR Congo. **International Peacekeeping**, v. 25, n.2, p. 167-190, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13533312.2017.1360139>> Acesso em: 11 abr. 2024.

UNITED NATIONS. Escalating Violence in Democratic Republic of Congo Exacerbating Humanitarian Crisis, Special Representative Warns Security Council, Urging Durable Political Solution. 20 fev. 2024. Disponível em: <<https://press.un.org/en/2024/sc15596.doc.htm>> Acesso em: 05 maio 2024.

UNITED NATIONS. Report of the High-level Independent Panel on Peace Operations on uniting our strengths for peace: politics, partnership and people. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/70/95> Acesso em: 20 jul. 2024.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. Where We Operate. 2022. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>> Acesso em: 20 jul. 2024.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/PV.7094. 13 jan. 2024. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/pro/n14/205/08/pdf/n1420508.pdf?token=VG17VaDjbIDyPxJfEQ&fe=true>> Acesso em: 05 maio 2024.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/RES/1925. 28 mai. 2010. Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925\(2010\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925(2010))> Acesso em: 05 maio 2024.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/RES/2098. 28 mar. 2013. Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2098\(2013\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2098(2013))> Acesso em: 05 maio 2024.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/RES/2717. 19 dez. 2023. Disponível em: <<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/412/66/pdf/n2341266.pdf?token=YxGkNoOcwehmYzYKZZ&fe=true>> Acesso em: 05 maio 2024.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. S/RES/2773, 21 fev. 2025. Disponível em: <[https://docs.un.org/en/S/RES/2773\(2025\)](https://docs.un.org/en/S/RES/2773(2025))> Acesso em: 08 out. 2025.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM (UCDP). **Fatalities RDC (2000-2022)**. 2024. Disponível em: <<https://ucdp.uu.se/>> Acesso em: 05 maio 2025.

VOGUEL, Christoph. Islands of stability or swamps of insecurity? MONUSCO's Intervention Brigade and the danger of emerging security voids in eastern Congo. **EGMONT Institute**. 6 fevereiro, 2014. Disponível em: <<https://egmontinstitute.be/islands-of-stability-or-swamps-of-insecurity-monuscos-intervention-brigade-and-the-danger-of-emerging-security-voids-in-eastern-congo/>> Acesso em: 10 abr. 2024.

Funções de colaboração exercidas

Geraldine Rosas Duarte

Administração do projeto; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Letícia Carvalho

Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Cristiano Mendes

Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição).

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)